

**Luiz Fernando Kazmierczak**

# **TERRORISMO**

**Direito Penal Constitucional  
e os Limites de Criminalização**

Curitiba  
Juruá Editora  
2017

---

Visite nossos sites na Internet  
*www.jurua.com.br* e  
*www.editorialjurua.com*  
e-mail: *editora@jurua.com.br*

---

**ISBN: 978-85-362-7012-8**

**JURUÁ**  
EDITORA

**Brasil** – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

**Europa** – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

Kazmierczak, Luiz Fernando.

K18      Terrorismo: direito penal constitucional e os  
limites de criminalização / Luiz Fernando  
Kazmierczak – Curitiba: Juruá, 2017.  
376 p.

1. Terrorismo. 2. Direito penal. I. Título.

CDD 345.05(22.ed.)  
CDU 343.1

000077

2019530

# SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>1 – A INFLUÊNCIA DOS MODELOS DE ESTADO SOBRE O DIREITO PENAL .....</b>	<b>23</b>
1.1 Estado Absolutista .....	28
1.2 Estado Liberal de Direito .....	33
1.3 Estado Social .....	40
1.4 Estado Democrático de Direito .....	44
1.5 O Direito Penal diante da Sociedade de Risco: a Criminalização pelo Medo .....	49
<b>2 – CONSTITUIÇÃO COMO DIRETRIZ DO BEM JURÍDICO-PENAL .....</b>	<b>61</b>
2.1 Evolução Histórica da Teoria do Bem Jurídico Penal .....	62
2.1.1 O pensamento iluminista e o conceito material de crime .....	63
2.1.2 O bem jurídico no pensamento neokantiano .....	71
2.1.3 A irracionalidade da escola de Kiel ( <i>kielerschule</i> ) .....	75
2.2 Teorias Contemporâneas do Bem Jurídico Penal .....	76
2.2.1 Teorias sociológicas .....	79
2.2.2 Teorias constitucionais .....	87
2.3 A Constituição como um Limite ou Fundamento do Direito Penal? .....	91
<b>3 – CONSTITUIÇÃO COMO LIMITADORA DA ATUAÇÃO JURÍDICO-PENAL: ANÁLISE DOS PRECEITOS GARANTISTAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 .....</b>	<b>103</b>
3.1 Constitucionalismo Garantista .....	104
3.2 Princípios Constitucionais Penais .....	112
3.2.1 Princípio da legalidade .....	115

3.2.2	Princípio da intervenção mínima .....	119
3.2.3	Princípio da culpabilidade .....	122
3.2.4	Princípio da ofensividade .....	125
3.2.5	Princípio da proporcionalidade .....	130
<b>4 –</b>	<b>MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO: A CONSTITUIÇÃO COMO INSTRUMENTO IMPOSITIVO DA ATUAÇÃO PENAL .....</b>	<b>141</b>
4.1	Mandados de Criminalização no Direito Estrangeiro .....	143
4.2	Mandados Expressos de Criminalização nas Constituições Brasileiras Anteriores .....	150
4.3	Mandados Expressos de Criminalização na Constituição Brasileira de 1988 .....	157
4.4	Mandados Implícitos de Criminalização na Constituição Brasileira de 1988 .....	176
4.5	Mandados de Criminalização e o Terrorismo .....	183
<b>5 –</b>	<b>TERRORISMO .....</b>	<b>185</b>
5.1	Escorço Histórico do Terrorismo .....	198
5.2	Características do Terrorismo .....	203
5.2.1	O discurso do terror .....	204
5.2.2	Qualidade organizacional .....	209
5.2.3	Finalidade política .....	213
5.2.4	Bem jurídico tutelado .....	215
5.2.5	Distinção de terrorismo e guerra .....	216
5.3	Espécies de Terrorismo .....	219
5.3.1	Terrorismo de Estado .....	219
5.3.2	Terrorismo político-revolucionário .....	224
5.3.3	Terrorismo ideológico-religioso .....	227
5.3.4	Terrorismo e movimentos sociais .....	230
5.3.5	Terrorismo e o movimento <i>black blocs</i> .....	233
5.4	Tratamento Penal do Terrorismo no Direito Estrangeiro .....	236
5.4.1	Alemanha .....	237
5.4.2	Argentina .....	242
5.4.3	Austrália .....	243
5.4.4	Bélgica .....	245
5.4.5	Chile .....	249
5.4.6	Colômbia .....	252

5.4.7	Espanha .....	255
5.4.8	Estados Unidos .....	264
5.4.9	França .....	269
5.4.10	Inglaterra .....	272
5.4.11	Israel .....	275
5.4.12	Itália .....	279
5.4.13	Paraguai .....	282
5.4.14	Peru .....	286
5.4.15	Portugal .....	290
5.4.16	Uruguai .....	294
5.4.17	Venezuela .....	297
<b>6 –</b>	<b>TRATAMENTO PENAL DO TERRORISMO NO BRASIL .....</b>	<b>301</b>
6.1	Art. 20 da Lei 7.170/1983 .....	307
6.2	Análise Crítica da Lei 13.260/2016 – Lei Antiterrorismo .....	310
6.3	Bem Jurídico Tutelado na Lei Antiterrorismo .....	320
6.4	Limites de Criminalização e Direitos do Acusado no Tratamento Penal do Terrorismo .....	333
	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>343</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>347</b>
	<b>ÍNDICE ALFABÉTICO .....</b>	<b>363</b>